

ARTIGO

PETRÓLEO E PODER: A CRISE VENEZUELANA E SEUS
ELEMENTOS HISTÓRICOS**

Resumo:

Desde 2013, a Venezuela vivencia uma crise multidimensional, marcada por dois processos simultâneos e que se retroalimentam: a profunda deterioração econômica e a intensa polarização política. Apesar de parte das causas estar relacionada às decisões dos governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-?), parte da resposta para explicar essa crise passa pela compreensão dos processos históricos que legaram condições estruturais difíceis de superar, consolidadas sobretudo no período de *Punto Fijo* (1958-98). Este estudo parte da ideia de que a consolidação do petróleo como força-motriz da economia venezuelana no XX gerou uma burguesia rentista intrinsecamente ligada ao poder político, sendo este uma peça fundamental para o entendimento dos desafios da Venezuela no século XXI. Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar a relação histórica entre petróleo e poder na Venezuela pré-chavista, como elemento relevante para a compreensão do complexo quadro vigente.

Palavras-chave: Petróleo; Poder; Crise.

Resumen:

Desde 2013, Venezuela ha experimentado una crisis multidimensional, marcada por dos procesos simultáneos: un profundo deterioro económico y una intensa polarización política. Aunque parte de las causas tiene relación con las decisiones de los gobiernos de Hugo Chávez (1999-2013) y Nicolás Maduro (2013-?), otra parte requiere la comprensión de los procesos históricos que produjeron condiciones estructurales difíciles de superar, sobre todo en el período de Punto Fijo (1958-98). Este estudio considera que la conversión del petróleo en la fuerza impulsora de la economía venezolana en el siglo XX generó una burguesía rentista intrínsecamente vinculada al poder político, lo que consiste en un eje explicativo fundamental frente a los desafíos del país en el siglo XXI. Así, el objetivo del artículo es presentar la relación histórica entre el petróleo y el poder en la Venezuela anterior a Chávez, como una parte relevante para comprender el complejo marco actual.

Palabras llave: *Petróleo; Poder; Crisis.*

* Diretora-adjunta do periódico *Pensamiento Propio*, da *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales* (CRIES), e membra da *Latin American Studies Association* (LASA). Professora do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-Unifesp).

** Este artigo é uma adaptação de trechos que compõe a tese de doutorado de nossa autoria, defendida em 2018.

Introdução

A compreensão da crise venezuelana na segunda década do século XXI – caracterizada por ser multidimensional, envolvendo questões econômicas, políticas, geopolíticas, sociais e migratórias – requer análises complexas e não simplistas, justamente por envolver um mosaico de elementos e camadas distintos. A fim de contribuir com esse debate, o presente artigo procura apresentar a herança histórica que os governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (desde 2013) receberam do chamado Pacto de *Punto Fijo* (1958-98). O foco do artigo é a consolidação da economia petroleira, que levou à constituição de uma burguesia altamente dependente da renda do petróleo e, portanto, incapaz de gerar riquezas para além dessa atividade extrativista, além de estar fortemente relacionada ao poder político.

Para reconstruir esse quadro histórico, é preciso sinalizar que a Venezuela passou por uma metamorfose econômica, o que a fez sair de uma trajetória muito semelhante à de seus vizinhos latino-americanos – agrário-exportadora governada por elites latifundiárias – para se transformar em uma das principais produtoras de petróleo do mundo. Desta forma, na primeira seção será apresentada brevemente a mudança produtiva do país, ocorrida nas primeiras cinco décadas do século XX. Na segunda parte, será abordada a relação entre a burguesia rentista ligada ao petróleo e o poder político durante o chamado *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998), período que precede a ascensão de Chávez à presidência. Por fim, será realizada uma breve análise sobre a relação entre esses elementos históricos e a crise vigente desde 2013.

A consolidação da Venezuela petroleira (1908-58)

O momento da transição produtiva na Venezuela teve início na ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-35), que havia sido precedido pelo presidente nacionalista Cipriano Castro (1899-1908), responsável pela negociação dos primeiros contratos de exploração petroleira entre o Estado e companhias estrangeiras. Conforme aponta Salas (2015, p. 51, tradução nossa):

Embora ele supervisionasse essas primeiras concessões, a cautela de Castro em relação às potências estrangeiras e a promoção do nacionalismo econômico o distinguiriam da subsequente política abertamente conciliadora adotada pelo sucessor Juan Vicente Gómez.

Como indicado no trecho acima, Gómez não manteve uma postura tão nacionalista quanto a de Castro no que se refere às concessões para as empresas estrangeiras. Lopes (2009) revela a existência de uma aliança entre empresas estrangeiras e o governo venezuelano, que por meio de uma política autoritária garantiria a estabilidade necessária para que o capital internacional pudesse fluir sem sobressaltos. Em seu governo foram descobertas reservas significativas de petróleo, o que trouxe mudanças à Venezuela e faria com que seu desenvolvimento político, econômico e social fosse único na América Latina (EWELL, 1991).

Durante esse período chegaram ao país centenas de companhias e milhares de funcionários estrangeiros, atraídos pela bonança petroleira e a alta permissividade governamental. A relação promíscua entre público e privado ficou evidente quando o ditador venezuelano – maior *tierrateniente* do país – criou a Companhia Venezuelana de Petróleo (CVP), considerada uma empresa de fachada para os interesses pessoais do presidente, pois sua função era negociar as concessões de terra com as empresas, dando margem a atividades de corrupção (LOPES, 2009).

As primeiras legislações sobre a exploração deste recurso foram pensadas para beneficiar o capital privado, com isenção fiscal em troca de *royalties* ao Estado – que, ainda assim, eram baixos diante dos enormes lucros – além de garantir a não interferência do Congresso venezuelano em suas atividades e a possibilidade de compra de terras ilimitada. Apesar do peso dos interesses da burguesia global petroleira sobre a política venezuelana, este país gozou de uma alta taxa de retorno, entre 1913 e 47 – maior do que os países do Oriente Médio – e pôde liquidar sua dívida externa – problema que, anos antes, havia lhe rendido o bloqueio naval (EWELL, 1991, p. 729; LOPES, 2009, p. 25).

A produção de petróleo na Venezuela passou por um *boom* após a ditadura de Gómez, saltando de 63 milhões de barris, em 1927, para 323 milhões, em 1945. O domínio do petróleo sobre a economia se deu de maneira tão rápida, violenta e em um momento tão crítico para o setor agroexportador – a crise de 1929 havia sido um duro golpe para os produtores de café venezuelanos – que as atividades agrícolas praticamente desapareceram, fazendo com que desde essa época o país se tornasse sujeito à uma grande vulnerabilidade alimentar (EWELL, 1991).

Se durante décadas a economia agrária e extensiva predominou no cenário venezuelano, em questão de vinte anos uma nova estrutura econômica se impôs, com um caráter importador e especulativo. Segundo Martínez Daza (2013), a destruição da agricultura na Venezuela ocorreu em tempo recorde, acelerando o processo de urbanização. Os fazendeiros se converteram em importadores, banqueiros,

comerciantes ou empresários da construção civil, enquanto o campesinato migrou para as cidades e passou a compor a população urbana. Em suas palavras: “[...] especulação e corrupção, especulação e importação eram as leis desse capitalismo rentista” (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 21, tradução nossa).

A fase pós-*gomezista* (1936-45) marcou a consolidação do petróleo como força-motriz da economia em um país mais urbanizado, com a ascensão de novos grupos políticos e sociais, sobretudo profissionais liberais e ligados à indústria petroléira, que começaram a se organizar em partidos políticos de diversos matizes. O contexto da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, influenciou os sucessores de Gómez a lidarem com as companhias de petróleo de maneira mais assertiva. Sem deixar de estar alinhada à estratégia ocidental de combate ao nazifascismo, a Venezuela aproveitou o momento em que os Estados Unidos precisavam da cooperação hemisférica para estabelecer regras mais benéficas para si em termos da exploração petroléira (EWELL, 1991).

Em 1945, uma movimentação interna liderada por Rómulo Betancourt, um militante da juventude *antigomezista*, culminou em um período chamado de “triênio democrático”, que durou até 1948. Essa mudança política aumentou a representatividade dos setores médios, que se sentiam alijados das decisões estatais até então. Contudo, apesar das críticas que Betancourt fizera à política econômica dos governos anteriores de alta dependência econômica do petróleo, ele não tomou nenhuma medida para reverter essa tendência (SALAS, 2015).

Após esse breve “respiro democrático”, a Venezuela voltaria a ser comandada por uma ditadura militar, em 1948, após a eleição de Rómulo Gallegos (AD). Setores militares intervieram e governaram por quatro anos até que o general Marcos Pérez Jiménez (1952-58) assumisse a presidência. Conhecido por sua posição linha-dura, ele lidou com fortes resistências de uma sociedade em que a burguesia urbana estava tão consolidada que tinha maior capacidade de articulação que a oligarquia agrária e as elites militares, o que tornou a repressão bastante dura (SALAS, 2015).

Em termos comerciais, Pérez Jiménez e Harry Truman (1945-53), mandatário dos Estados Unidos, estreitaram as relações de seus países, por meio de novas concessões petrolíferas a empresas norte-americanas e de tratados de livre-comércio de manufaturados. A Venezuela consolidava, então, sua dependência do mercado estadunidense. Assim como no período *gomezista*, ocorreu o enriquecimento dos círculos próximos ao presidente, que foram diretamente beneficiados pelo controle autoritário da renda petroléira, que crescia vertiginosamente em um contexto internacional favorável (VALENTE, 2012).

Com a alta no preço do petróleo, o Estado venezuelano induzia a economia nacional por meio de grandes obras de infraestrutura, beneficiando a fração da burguesia que era o sustentáculo do governo. Por meio de contratos, muitas vezes fraudulentos para favorecer seus correligionários, Jiménez ajudou no enriquecimento de empreiteiros ligados à Fedecámaras – uma entidade patronal com diversos setores de burguesia venezuelana, que apoiava e era apoiada pela ditadura (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Contudo, a queda do preço do petróleo, em 1957, e o conseqüente aumento da dívida pública acarretaram na perda do apoio empresarial. A sociedade venezuelana, mesmo reprimida, não aceitava tutelas, buscando subterfúgios para manter a atividade política na clandestinidade. A falta de mecanismos de distribuição da renda petrolífera, que estava nas mãos de poucas famílias, alimentou ainda mais o descontentamento que sepultou a ditadura e trouxe, em seu lugar, o Pacto de *Punto Fijo*.

A Venezuela puntofijista (1958-1998): o petróleo como elemento de poder

O *Punto Fijo* teve início na articulação de um golpe contra Pérez Jiménez na cidade de Nova York, porém sem a participação ou ciência da população, tendo como líderes os dirigentes dos partidos *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD). O acordo estava baseado na promessa de que, restaurada a democracia liberal, não haveria monopólio de poder, por meio do respeito à Constituição e aos resultados eleitorais (MARINGONI, 2009).

A queda da ditadura, entretanto, não ocorreu somente pelo pacto entre elites partidárias. Os principais protagonistas desse processo foram movimentos populares urbanos e rurais organizados em parte pela esquerda mais radical, sob o Partido Comunista da Venezuela (PCV), além de estudantes e militares dissidentes. Porém, como afirma Maringoni (2009), esse amplo movimento foi cooptado pelo AD e fez com que esse partido chegasse à presidência da república.

Essa nova fase política, que teria início em 1958 e só se esgotaria totalmente em 1998 – um longo percurso, repleto de nuances e contradições –, consolidou o capitalismo rentista e importador, bem como as instituições burguesas e assistiu a uma acelerada urbanização. Houve ainda a retomada da centralidade dos partidos políticos, além da aliança entre empresas petrolíferas, a Fedecámaras (em especial a fração da burguesia importadora) e as Forças Armadas. Considerada por muitos como o mais longo período democrático da história venezuelana, nos referiremos ao *Punto*

Fijo como um pacto de conciliação das classes dominantes, em consonância com uma literatura mais crítica a respeito do tema (BARRANTES, 2012; MARINGONI, 2009; MARTÍNEZ DAZA, 2013; VALENTE, 2012; VILLA, 2005).

O retorno de Rómulo Betancourt (1959-64) ao poder, por eleições diretas, revelou a face autoritária do *Punto Fijo*, que tinha sido apresentado ao país como uma democratização. Na realidade, os governos *puntofijistas* dos anos 1960 e 70 reprimiram tanto quanto a ditadura anterior, utilizando expedientes autoritários para sufocar vozes dissonantes, mas buscavam métodos e meios, como alianças mais amplas, que lhe garantissem certa legitimidade (MARTINEZ DAZA, 2013).

Já o modelo econômico adotado buscava conciliar interesses no seio das classes burguesas, mantendo o perfil de intervenção e promoção do capitalismo via Estado nacional. Um dos exemplos dessa política econômica foi a valorização da moeda nacional, o *bolívar*, que só foi possível porque o país tinha um balanço de pagamentos superavitário em decorrência da venda do petróleo. Desta forma, gerava-se um ambiente extremamente benéfico para o empresariado importador, que contava com as vantagens de uma economia altamente produtiva, mas sem custos. Foi nesse momento, segundo Judith Ewell (1991), que o caráter rentista e improdutivo da burguesia venezuelana se tornou predominante.

Por conseguinte, os empresários não se opunham completamente à intervenção estatal porque sempre se beneficiavam dela. Ainda que houvesse tensões intra e extra bloco, em termos de autonomia *versus* dependência em relação ao Estado, algumas foram resolvidas com a inclusão de representantes empresariais em ministérios e a continuidade de contratos públicos fraudulentos. Ainda assim, governo e Fedecâmaras tiveram dificuldades em alinhar objetivos: enquanto o primeiro insistia no desenvolvimento estatal, a entidade patronal acreditava que era preciso também investimentos externos (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Betancourt criou ainda a *Corporación Venezolana de Fomento*, reforçando o caráter de Estado-empresário e planificador, além da *Corporación Nacional de Petróleo*, que antecedeu o que viria a ser a estatal dedicada a esse setor. Foi ainda um dos protagonistas da fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, um novo organismo internacional que atua em forma de cartel, sendo composto pelos principais produtores de petróleo do mundo.

Se para Martínez Daza (2013) o governo Betancourt foi elitista e buscou acomodar cuidadosamente os interesses do capital nacional e internacional, para Ewell (1991) e Salas (2015) seu sucessor, Raúl Otero (1964-69), deu continuidade à repressão da esquerda, assim como às insurgências de direita que eram remanescentes

do *perezjimenismo*. Também surgiu uma ala da intelectualidade, com a qual Leoni teve grandes embates, que se opunha ao governo e ao empresariado importador na defesa pela melhor distribuição da renda petroléira. Esse pensamento estava baseado na máxima de “*sembrar al petróleo*” de Arturo Uslar Pietri, que é considerado um dos maiores pensadores venezuelanos do século XX. Em 1936 publicou um artigo chamado “*Sembrar el petróleo*” no jornal *Abora*, em que defendia a necessidade de aproveitar o petróleo para dinamizar a economia venezuelana e, assim, lograr o seu desenvolvimento.

Em 1969, a vitória do líder histórico do COPEI, Rafael Caldera, representou a manutenção do modelo de Estado interventor na economia, tendo como mudança principal a concretização de uma aliança tácita com os empresários – situação que não fora alcançada pelos *adecos* – a partir de assessoria em termos de administração e gestão. Segundo Martínez Daza (2013), “esse foi o primeiro vínculo orgânico, consistente, entre a elite política e burocrática e o empresariado tradicional” (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 78, tradução nossa).

Internamente, o aspecto político mais relevante da gestão de Caldera, que durou até 1974, foi o processo de pacificação. Já em termos econômicos, a situação do início da década era desfavorável, devido à crise inflacionária nos Estados Unidos, fazendo com que as importações do petróleo venezuelano pelo seu principal comprador despencassem. Por isso, manter os ingressos petroléiros e os preços desse produto era vital, devido à improdutividade da economia venezuelana e à dificuldade de arrecadar impostos (EWELL, 1991; ESCOBAR; ROMERO, 2005).

Assim, Maringoni (2009) aponta que a nacionalização surgia como o caminho óbvio para manter a renda estatal e, embora tenha sido realizada somente no governo seguinte, foi com Caldera que as primeiras ações foram tomadas. Nesse sentido, foram realizadas a nacionalização do gás e a reversão petroléira, que previa que os bens das empresas petroléiras fossem preservados para, posteriormente, serem transferidos para o Estado – esta última baseada na ideia de “*no más concesiones*”, em que era efetuada a compra das empresas estrangeiras atuando no país, sem a necessidade desapropriá-las (VALENTE, 2012).

A presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-79) representou o retorno do AD ao poder e o início da “Venezuela Saudita”, forma como o país era chamado nesta fase de extrema prosperidade. Isso porque em 1973 ocorrera o primeiro choque do petróleo, quando os preços do produto dispararam no mercado internacional. A consequente elevação da renda petroléira permitiu financiar uma série de projetos desenvolvimentistas (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 105).

CAP (sigla pela qual o presidente era conhecido) era uma figura singular, pois diferentemente de seus antecessores *adecos*, preferia estabelecer alianças com empresários e tecnocratas a estreitar laços com “políticos profissionais”, o que o colocava à direita do seu partido (SALAS, 2015). A sua relação com o empresariado rompeu, portanto, com a dificuldade que o AD tinha em obter o total apoio deste setor.

Tendo em vista que o projeto de país promovido por Pérez estava baseado em um capitalismo corporativo de larga escala, em que o Estado seria o promotor, proprietário e gerente, o setor privado foi beneficiado com novas oportunidades e pelas políticas protecionistas do governo. O problema é que, para Martínez Daza (2013), a relação público-privada tornou-se promíscua diante de uma complexa rede de regulações e interações. A bonança econômica estimulava os empresários a acionarem sua rede de contatos pessoais próximos a políticos.

Essa vinculação remonta à campanha presidencial de Pérez, quando o então candidato,¹ sem possuir uma base partidária dentro do AD, buscou aliar-se com os “Doze Apóstolos”, empresários que bancaram sua candidatura. Posteriormente, esse grupo restrito foi beneficiado com os contratos mais lucrativos da época, sobretudo os relacionados ao petróleo, além de concessões e cargos públicos. Um dos nomes-chave era Pedro Tinoco, banqueiro que foi essencial para a aliança entre o governo e o empresariado rentista, além de Gustavo Cisneros, magnata da comunicação² que foi altamente beneficiado por CAP (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Esse apoio empresarial, ainda que com base em laços escusos, foi essencial para que Pérez pudesse empreender sua principal realização: as nacionalizações do ferro e do petróleo. As discussões no congresso venezuelano foram acirradas, mas não impediram a nacionalização do ferro em 1974 e do petróleo em 1975 (EWELL, 1991). Esta última demandou mais cautela do governo, ainda que as companhias estrangeiras não estivessem tão receosas, devido às generosas compensações que o governo prometera. Salas (2015) ressalta o fato de que a Venezuela sempre defendeu seus direitos sobre os recursos do subsolo e, portanto, sobre o petróleo; a nacionalização seria o passo final para que os ativos comandados desde o exterior passassem a ser controlados pelo Estado.

A criação da estatal Petróleos de Venezuela SA (PdVSA) concretizou a nacionalização, porém, um ponto ressaltado por Luis Lander (2005) foi que muitos executivos das empresas estrangeiras nacionalizadas foram mantidos no cargo,

1 Segundo o livro “*Los Doce Apóstoles: Proceso a la Degradación Política*” de Pedro Duno (1975), da Vadell Hermanos Editores (Valencia).

2 O Grupo Cisneros é um dos maiores conglomerados de meios de comunicação do mundo.

ou seja, “continuaram em seus cargos diretivos aqueles que até o dia anterior à nacionalização representavam no país os interesses das companhias transnacionais” (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa). O impacto disso era que “ao passar de investidor para ser também um ator nacional e, portanto, público, a capacidade de vigilância e controle do Executivo nacional como proprietário do recurso começou, de imediato, a se debilitar” (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa).

Para os fundadores da PdVSA, a companhia deveria funcionar como uma empresa privada, reinvestindo os lucros para desenvolver a indústria petroquímica e a prospecção de novos poços. Isso significa que mesmo sendo a empresa estatal, as suas ações ainda estariam sendo guiadas por uma lógica privada. Nesse sentido, Ewell (1991), Mommer (2004), Lander (2005), Martínez Daza (2013) e Salas (2015) coincidem na avaliação de que, desde a sua gênese, a PdVSA foi dirigida por uma fração da oligarquia petroleira, ligada ao capital estrangeiro, que buscou insular a empresa do controle social.

Internamente, a formação desta fração de classe no seio da empresa estatal de petróleo fez com que os opositores à nacionalização nos moldes propostos por Pérez confirmassem os seus temores. Externamente, porém, o impacto deste processo foi bem menos problemático. A compra de empresas petroleiras pertencentes aos Estados Unidos e a países europeus foi feita com base nos preços de mercado, sem incorrer em prejuízos para o capital estrangeiro (VALENTE, 2012).

Por fim, no período em que a Venezuela foi inundada por petrodólares, o país também viu explodir sua dívida pública. Portanto, o ápice dos preços do petróleo acarretou não somente o aprofundamento da dependência desta renda, como também no alto endividamento estatal. Enquanto o *boom* petroleiro durou até o início da década de 1980, o Estado venezuelano ainda conseguia cumprir com as suas obrigações financeiras. Contudo, quando os preços voltaram à normalidade e os gastos se mantiveram em alta, teve início uma prolongada crise que, quase duas décadas depois, colocaria fim do *Punto Fijo* (VALENTE, 2012).

Assim, no governo de Luis Campins (1979-84), o modelo de forte endividamento e permanente improdutividade das companhias venezuelanas, além da elevada inflação impulsionada pela alta do petróleo, dava mostrar de enfraquecimento. No entanto, o que mantinha a inércia do novo governo frente a essas questões eram os elevados preços do petróleo, que passaram por um novo *boom*, ente 1979 e 1980, e mascararam muitos desses problemas (VALENTE, 2012).

Campins preferiu, então, diminuir as restrições às importações e o controle de preços para compensar a queda na produtividade, ainda crendo que a elevação do

petróleo (que chegou a dobrar de valor) seria suficiente para manter o crescente papel estatal na economia. O Estado consolidou-se como um dos principais empregadores, chegando a ter mais de um milhão de funcionários públicos – o que em um país de, aproximadamente 15 milhões de pessoas, não era desprezível (SALAS, 2015).

A partir de 1982, o governo começou a sentir os efeitos das mudanças conjunturais, quando a deterioração da condição financeira do país em arcar com as dívidas adquiridas no *boom* petrolífero começou a ficar mais evidente. A entrada de divisas não mais cobria o rombo da dívida pública, fazendo com que, em 1983, o Banco Central da Venezuela declarasse insolvência e, diante da queda do preço do petróleo, a moeda nacional fosse desvalorizada e o controle de câmbio fosse instituído. Essa situação resultou em uma das maiores crises econômicas do país, caracterizada pela inflação galopante e desemprego em alta – efeitos também presentes no país desde 2013, demonstrando que os problemas oriundos da alta dependência petrolífera ainda não foram sendo resolvidos.

No caso da maxidesvalorização do *bolívar*, Salas (2015) apresenta como a ligação do governo com os empresários revelou que, mesmo com as mudanças do comando presidencial, as relações escusas entre público e privado foram uma constante no *puntofijismo*. Enquanto para a classe média essa decisão monetária pôs fim à esperança de que o petróleo garantia ao seu país não entrar na espiral de crises que tomava conta da América Latina, para a burguesia nacional foi possível obter lucros exorbitantes. O governo foi acusado de antecipar a informação da desvalorização, dando margem a ações especulativas.

A ascensão de Jaime Lusinchi (1984-89) à presidência representou uma aposta no fortalecimento dos vínculos com os trabalhadores sindicalizados, como parte da construção de um ambiente interno mais favorável. Todavia, contar com o apoio dos empresários também era fundamental. A Fedecámaras já havia estabelecido, desde o governo de Caldera, conexões irreversíveis com a classe política *puntofijista*. Desta forma, o tratamento diferenciado aos empresariados continuou, sob a forma de vantagens cambiais (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 131).

A venda de dólares preferenciais não só impulsionou mais uma vez o empresariado importador, o que aprofundava a situação de dependência petrolífera *vis-à-vis* uma burguesia improdutiva, como também gerou denúncias de favorecimentos ilícitos. Logo, mesmo com as diferentes nuances derivadas dos posicionamentos político-ideológicos e das circunstâncias históricas, há uma linha condutora durante todos os anos do *Punto Fijo* em que todos os governos, em maior ou menor grau, seguiram no sentido de privilegiar o setor privado, muitas vezes de forma ilícita.

Após a gestão Lusinchi, que não conseguiu reverter a crise, as esperanças foram depositadas novamente em CAP (1989-93). Com seu estilo personalista e próximo aos grandes empresários, Pérez nomeou-os para os ministérios, gerando descontentamento entre os militantes do partido, que foram distanciados do centro de poder. Apesar das dificuldades econômicas, ainda era possível realizar grandes negócios na Venezuela, pois o país ainda não estava em uma bancarrota. Isso significa que subsistiam intensas atividades financeiras e de especulação que durante esse governo atingiram níveis notáveis, especialmente por Pérez ser um verdadeiro representante de um capitalismo parasitário e especulador (MARTÍNEZ DAZA, 2013; MARINGONI, 2009, SALAS, 2015).

Lembrado como sendo o presidente do auge econômico, ele voltou ao poder prometendo retomar os tempos áureos da Venezuela Saudita, porém essa esperança durou somente 25 dias, quando anunciou um programa de ajuste neoliberal. Neste contexto, houve o aumento do preço da gasolina, que foi repassado para os transportes públicos, ocasionando o *Caracazo*, episódio que foi um marco na história recente da Venezuela pela extrema e desproporcional violência com que o Estado reprimiu protestos populares (LANDER, 2005).

De fevereiro de 1989 até final de 1993, teve lugar uma nova luta pelo poder, chegando ao seu ápice, no ano de 1992, com as insurreições militares. A principal delas foi um intento de golpe de Estado liderado pelo então jovem tenente-coronel do Exército, Hugo Chávez Frías. Além da virada neoliberal, o que motivava essas revoltas eram os graves escândalos de corrupção e a crise econômica e social. Quando os focos de levante foram controlados, o sistema *puntofijista* já estava danificado irreversivelmente. Até mesmo seus aliados históricos estavam descontentes, como a Fedecámaras que afirmava que o presidente não tinha mais condições de se sustentar no poder. Tal movimento demonstrava, portanto, o ocaso da aliança tácita entre o *Acción Democrática* e a burguesia (MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

No final da segunda presidência de Pérez, a Venezuela vivia sob uma economia capitalista, porém sem ter passado por um processo profundo de industrialização. CAP teve uma postura marcada por duplicidades, dentre as quais se destaca a imagem de nacionalista, enquanto recompensava generosamente as empresas e permitia à PdVSA ter uma estrutura de empresa privada. Contudo, essa ação não foi suficiente para evitar que ele resistisse às constantes pressões populares e às graves acusações de corrupção, sucumbindo em 1993 diante de um processo de *impeachment*.

A eleição de 1993, Rafael Caldera foi eleito como último presidente do Pacto de *Punto Fijo*, representando a síntese do que foi esse período:

Impelido por uma crise bancária, [Caldera] aplicou primeiro as medidas estatistas (controle de câmbio e de preços), que haviam sido implementadas nos primeiros governos *puntofijistas*; logo, retomaria as medidas neoliberais de Pérez, enquanto combinava a repressão localizada com medidas de distensão como a libertação dos comandantes do 4-F [intento de golpe de 1992] (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 194, tradução nossa).

Diante do aumento da crise, Caldera lançou a “Agenda Venezuela”, baseada em receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre elas, estavam o corte dos gastos públicos, a desvalorização da moeda nacional, o aumento dos combustíveis e a desnacionalização do petróleo. Contudo, sua principal ação foi promover a “*Apertura petrolera*”, com o abaixamento dos preços do barril, por meio do distanciamento da OPEP e da atração de capitais externos para a PdVSA. Essa medida permitiu à Shell, Exxon Mobil e Mitsubishi, além de dezenas de companhias estrangeiras e outras empresas privadas nacionais explorarem o petróleo venezuelano. Na prática, significava uma ruptura ideacional com o “*sembrar el petróleo*”, uma vez que permitia a internacionalização da estatal e, com isso, o envio dos lucros para o exterior e não para reinvestimento interno (MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

Nesta fase final do *Punto Fijo*, os empresários se descolaram dos partidos políticos e passaram a defender suas agendas próprias, após anos de beneficiamento estatal, por meio de grandes conglomerados. Segundo Martínez Daza (2013), o tripé desta nova direita que surge na Venezuela era composto por: (i) “politização” do empresariado no sentido de aumentar sua interferência sobre a política, (ii) descentralização política, que favoreceria o surgimento de novos líderes regionais e locais e (iii) valorização da tecnocracia, especialmente da PdVSA.

Nesse contexto, os meios de comunicação privados ganharam mais relevância na cena política, atuando como porta-vozes e defensores de uma agenda liberal. A mídia estava, aos poucos, se apropriando do espaço de influência da opinião pública que durante o *puntofijismo* havia sido ocupado pelos partidos tradicionais – processo que se consolidaria no chavismo, a partir de 1999 (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Considerações Finais

A consolidação da Venezuela como uma economia petroleira, ainda no início do século XX, foi caracterizada pela destruição do setor agrário e, portanto, da capacidade nacional de produção de alimentos. Tal situação fez com que, cem anos depois, o país vivesse uma séria falta de soberania alimentar, que compõe um dos vértices mais dramáticos da crise instaurada desde 2013.

Além desta questão produtiva, ao longo das décadas, é possível perceber como o empresariado, classe oriunda do capital dos antigos latifundiários, foi essencial para os diferentes regimes e governos que chegaram ao poder na Venezuela. Tal proximidade é explicada pelo controle da renda petroleira, que tanto na época desenvolvimentista quanto na neoliberal, continuou nas mãos de uma oligarquia.

Durante as quatro décadas de conciliação oligárquica do *Punto Fijo* (1958-98), toda a organização do Estado passava diretamente pelas cúpulas dos partidos dominantes, que incluíam os seus apoiadores, dentre os quais estavam os empresários. Estes, por meio da Fedecâmaras, construíram alianças com os diferentes governos, porém nunca aceitaram se submeter à lógica partidária, focando na busca de vantagens para o empresariado importador.

Quando as lutas políticas e sociais do final dos anos 1980 destruíram por completo o *Punto Fijo*, surgiram novos embates que reorganizaram o poder político no país. Se no decorrer do *puntofijismo* houve o surgimento de uma direita composta por empresários com ligações diretas com a política, durante seu ocaso, surgiu uma “nova direita neoliberal”, composta também pela mídia. Os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, legitimavam um projeto que nasceu entre o empresariado venezuelano de substituir os partidos políticos tradicionais e de manter o status privilegiado da tecnocracia da estatal de petróleo. Essa burocracia era extremamente poderosa, pois comandava o coração da economia venezuelana: o petróleo.

É este o quadro político e econômico herdado por Chávez em 1999, que enfrentou uma forte resistência dessas burocracias e dos setores empresarial e midiático, gerando atritos políticos com consequências até os dias atuais. Muito embora medidas econômicas e políticas adotadas por ele e Maduro, sejam apontadas como causadoras da recente crise e, por isso, também necessitem de estudos específicos, nosso intuito foi revelar que as condições estruturais construídas por décadas também são elementos explicadores de tal situação. Isso porque o caráter rentista, improdutivo e especulador dessa burguesia aprofundou a dependência petroleira, o que em um cenário no qual o Estado tem sido incapaz de gerar respostas adequadas, é um entrave adicional aos enormes desafios que se apresentam.

Referências Bibliográficas

BARRANTES, E. M. *Impacto da Política Externa Venezuelana na Conformação da Coesão Social na América Latina*; o caso ALBA. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ESCOBAR, J. K.; ROMERO, C. *Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos*. Caracas: El Nacional, 2005.

EWELL, J. Venezuela since 1930. IN: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930: Spanish South America*, Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII, 1991, p. 727-790.

LANDER, L. Petróleo y Democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. *Revista Galega de Economía*, v. 14, n. 1-2, p. 1-14, 2005.

LOPES, M. O. *Imperialismo, Petróleo e Revolução Bolivariana: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.

MARINGONI, G. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTÍNEZ DAZA, J. *La era Puntofijista*. Caracas: Editorial La Estrella Roja, 2013.

MOMMER, B. Subversive Oil. In: Steve Ellner; Daniel Hellinger (eds). *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Polarization and Social Conflict*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

SALAS, M. T. *Venezuela: What everyone need to know*. New York: Oxford University Press, 2015.

VALENTE, L. *Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados - USP*, n. 55, v. 19, p. 153-172, 2005.